



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001519-05.2014.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Aposentadoria por Invalidez**  
 Requerente: **Adelina Bertoti**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

**ADELINA BERTOTI** move ação de concessão de benefício em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS**. Afirma que é segurada da Previdência Social e que sofreu acidente de trabalho em 2003, quando fraturou a clavícula, mantendo-se em gozo de benefício previdenciário até setembro de 2007, decidindo a autarquia pela cessação. Informa haver ingressado com diversas ações análogas; uma extinta sem resolução do mérito e outra julgada improcedente no ano de 2011. Assevera que suas doenças se agravaram de forma a deixá-la incapacitada para o trabalho. Postula a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, além da condenação do requerido nas verbas da sucumbência. Juntou os documentos de fls. 18/24.

Citado, o requerido ofereceu resposta na qual mencionou a incompetência absoluta do Juízo, por não se tratar de ação acidentária e, no mérito sustentou ausência dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado. Requereu a improcedência da ação (fls. 29/35).

Laudo pericial às fls. 65/73, manifestando-se as partes sobre ele.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O Juízo é competente para conhecer o pedido referente ao acidente de trabalho; portanto, limitar-se-á à análise da lesão óssea e da existência de reflexos que reduzam a capacidade para o trabalho habitual.

No que tange à patologia neurológica mencionada, a autora deverá, se o caso, promover a ação própria perante a Justiça Federal (Artigo 109, inciso I, da Constituição da República).

O julgamento está autorizado, sendo inócuo e despiciendo produzir demais provas em audiência ou fora dela. Sabe-se que é permitido ao julgador apreciá-las livremente, seguindo impressões pessoais, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, norteador do sistema processual brasileiro.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse caso, temos em conta que os elementos de convicção acostados são suficientes ao deslinde da causa, hábeis a sustentar a linha decisória e quaisquer provas adicionais careceriam de aptidão para modificar o dispositivo.

A ação é improcedente.

Do exame do laudo pericial extrai-se a conclusão de que a requerente não ostenta perturbação funcional ou redução da capacidade para as atividades que garantam a sua subsistência, seja genérica ou na específica profissão de trabalhador rural.

Assim concluiu o expert: *"concluindo, pelas informações colhidas neste exame de perícia médica foi possível observar que atualmente a pericianda não apresenta comprometimento ortopédico incapacitante"* (fls.68/69).

Ausentes os requisitos legais para a concessão o benefício postulado, o pedido inicial deve ser julgado improcedente, sob pena de se negar vigência ao artigo 86, "caput", da Lei nº 8.213/91.

Nesse sentido: *"Acidentária. Auxílio-Acidente. Movimentador de Mercadorias. Amputação total do 3º dedo da mão direita. Laudo pericial que conclui pela ausência de incapacidade para o trabalho. Sentença de improcedência. Manutenção. Ônus de sucumbência: Prevalência do art. 129, II, e parágrafo único da Lei n. 8.213/91. Recurso improvido, com observação"* (TJSP Apelação: 0001072-63.2006.8.26.0082, Relator Des. MARCOS DE LIMA PORTA, 24.06.2014).

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Sem condenação em custas, despesas processuais e honorários advocatícios (artigo 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91).

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 05 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**